

Reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a tarefa de transformação social na obra de Martín-Baró e na Psicologia Social Comunitária

Reflections on the Work of the Psychologist and the Task of Social Transformation in Martín-Baró and in Social Community Psychology

Bruno Passos Pizzi

Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

Mariana Alves Gonçalves

Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

Resumen: El objetivo de este artículo es discutir, a partir de la obra de Martín-Baró, el trabajo del psicólogo en relación con los procesos de transformación social. Comenzaremos presentando la coyuntura salvadoreña para después destacar sus contribuciones respecto a la ideología y al rol del psicólogo frente a las cuestiones sociales. Nuestros debates son hechos con base en las producciones de la Psicología Social Comunitaria brasileña (PSC). La intención es articular las reflexiones de Martín-Baró y de la PSC en lo referente al trabajo del psicólogo cuando este se encuentra inserto en contextos comunitarios, la defensa de una especialidad para este campo y los límites y alcances del profesional en el horizonte de la transformación social. El artículo finaliza describiendo los estudios sobre opinión pública realizados por Martín-Baró durante sus años de investigación y lucha al lado del pueblo salvadoreño, con el fin de familiarizar al lector con una de sus estrategias de acción social.

Palabras clave: ideología, opinión pública, psicología comunitaria, trabajo del psicólogo, transformación social.

Abstract: In this paper our purpose is to discuss the psychologist's labour on social transformation from the standpoint of Martín-Baró's work. Initially, we present the Salvadoran conjuncture and then we highlight his contributions about ideology and psychologists' role in

social issues. We aim to analyse some contributions of Brazilian Community Psychology (PSC) in regard to the definition of psychologists' labour inserted in community, the defence of a specialty for this field and the limits and scope of work on the horizon of social change. We seek to describe Martín-Baró's work on public opinion in order to provide the reader with one of the social action strategies played by Martín-Baró during the years of research and fight alongside the people of El Salvador.

Keywords: community psychology, ideology, psychology labour, public opinion, social transformation.

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir, a partir da obra de Martín-Baró, o trabalho do psicólogo diante do projeto de transformação social. Apresentamos inicialmente a conjuntura salvadorenha, para então destacar suas contribuições a respeito da ideologia e do papel do psicólogo frente às questões sociais. Nossas problematizações são feitas a partir das produções da Psicologia Social Comunitária brasileira. A intenção foi a de articular aspectos entre as reflexões de Martín-Baró e a PSC no que diz respeito à definição do trabalho do psicólogo inserido em contextos comunitários, a defesa de uma especialidade para esse campo e os limites para o alcance do profissional no horizonte da mudança social. Seus estudos sobre opinião pública finalizam o artigo a fim de oferecer ao leitor uma das estratégias de ação social protagonizadas por Martín-Baró durante os anos de pesquisa e luta ao lado do povo de El Salvador.

Palavras-chave: ideologia, opinião pública, psicologia comunitária, trabalho do psicólogo e transformação social.

Introdução

Para considerarmos a contribuição de Martín-Baró à psicologia latino-americana, precisamos, a fim de fazer jus à sua obra, avaliar não só o contexto imediato que cercava sua produção, mas também a formação histórica de El Salvador e os acontecimentos que propiciaram a sua entrada em cena. É importante ressaltar que a violência perpetrada contra as maiorias populares deste país não se circunscreve apenas aos anos 1970 e 1980. A violência sistemática empregada pelo Estado - exército e elite econômica - remonta os primeiros momentos pós independência de El Salvador, ainda no século XIX. O trabalho de Martín-Baró como intelectual orgânico nos inspira a também tentar reunir teorização psicológica e militância política em nosso momento atual, a encontrar caminhos, pela via da mobilização popular, para superar os atuais impasses, formas de opressão e geração de desigualdades.

Neste artigo visamos algo preliminar. Pretendemos inicialmente realizar breve análise da conjuntura ampliada, mesmo que de forma

superficial, sem entrarmos nos pormenores, nos fluxos e contrafluxos da organização popular que se constituía naquele país. Esta tarefa nos ajuda a localizar historicamente o surgimento da figura de Martín-Baró, que não apareceu como sujeito isolado, mas inserido em um dos movimentos populares que se levantou contra as formas opressivas. Teólogo, jesuíta e psicólogo social, Martín-Baró era adepto da Teologia da Libertação, movimento no interior da Igreja católica que contestava de forma radical a opressão aos mais pobres. Após esta contextualização, passamos a tratar da reivindicação - tônica da obra de Martín-Baró - da tarefa do psicólogo como agente de transformação social. Para analisar este aspecto nos deteremos em dois dos principais aspectos envolvidos nesta tarefa: a ideologia, como objeto de estudo e ação psicológica; e os estudos de opinião pública como artefato técnico de atuação e instrumento para abordar o problema da desideologização. Uma das formas encontradas por Martín-Baró para unir teoria e prática em prol da transformação social foi tentar intervir sobre as condições subjetivas que impediam a deflagração de um movimento de mudança. Para isto, enfatizava como papel do psicólogo a contribuição para a desideologização, o questionamento a respeito das 'histórias oficiais' que costumam minar os movimentos populares e afastar a população das organizações que contribuem para a libertação dos mais pobres.

A ideia é também articular alguns aspectos entre as reflexões de Martín-Baró e a Psicologia Social Comunitária (PSC) no que diz respeito à definição do trabalho do psicólogo inserido em contextos comunitários, a defesa de uma especialidade para esse campo e os limites para o alcance profissional no horizonte da mudança social. A lucidez de Martín-Baró na delimitação do papel do psicólogo diante das classes oprimidas contribui para analisar as produções da PSC, muitas vezes pouco claras quanto a esta definição. A defesa de que este profissional deve promover mudança social é um discurso comum entre os psicólogos comunitários. No entanto, muitas vezes não sabemos bem qual é a sua direção, o seu alcance ou como o psicólogo pode de fato contribuir pra isso. Afirmamos que a clareza com que Martín-Baró estabelece suas propostas em relação ao papel do psicólogo diante das maiorias populares nos ajuda a pensar nos avanços necessários para os dias atuais, e de que forma a Psicologia se insere neste projeto para de fato contribuir para a transformação social.

Portanto, este texto se orienta em torno de uma questão: o trabalho do psicólogo e a sua proposta de transformação social. O tema que transversaliza nossas discussões é como a psicologia, em um determinado momento de sua história, implicou-se na tarefa de promover algum tipo de mudança social ao voltar sua atenção para as maiorias populares. Tanto Martín-Baró como a PSC refletiram sobre esta questão ao apresentarem estratégias de ação para o psicólogo inserido em trabalhos comunitários. Tomando este ponto como o eixo central do texto, apresentamos as propostas de Martín-Baró para o psicólogo como agente de transformação

social a partir das discussões sobre ideologia e opinião pública. Explicitamos também o que a PSC indicou em suas produções textuais neste sentido.

Além de apresentar estas estratégias de ação para psicólogos implicados na questão da transformação social, usamos as reflexões de Martín-Baró para colocar em análise alguns encaminhamentos da PSC em seu percurso no Brasil. Isso porque acreditamos que a obra de Martín-Baró nos ajuda a pensar criticamente em impasses na trajetória desta disciplina, como por exemplo, o seu esforço em defender uma especialidade para o campo, a definição do escopo de atuação do profissional psi e seu limite no que diz respeito ao alcance da transformação social. A questão da especialidade, de afirmar que a PSC constitui um campo específico de atuação, se tornou uma das maiores preocupações daqueles que realizam trabalhos comunitários. Se antes havia o ímpeto de se aproximar das maiorias populares mesmo sem saber muito bem o que fazer, ao longo de sua história a PSC acabou voltando-se para si mesma a fim de tentar estabelecer com clareza os limites de seu campo de atuação. Há um descolamento da urgência inicial de transformar as práticas tradicionais da psicologia para a necessidade de delimitar referenciais, metodologias, público-alvo, etc. para aqueles que trabalhavam com as maiorias populares. Alguns problemas podem ser identificados nesse percurso. Primeiro, apesar de todo seu esforço em defender uma especialidade, podemos encontrar referências teórico-metodológicas bastante heterogêneas dentro do campo, o que não nos permite afirmar com tanta clareza quais são seus limites. Além disso, ao se voltar para si mesma a PSC se ocupou de suas questões epistemológicas e institucionais e parece ter esquecido dos traços revolucionários do seu movimento inicial. A PSC, ao se institucionalizar, acabou por engessar-se na defesa de sua especialidade e nos jogos de poder envolvidos neste projeto dos especialismos disciplinares. Assim, tornou-se mais importante dizer o que é e quem pode fazer PSC do que, de fato, se aproximar das maiorias populares e reivindicar algum tipo de transformação social.

É preciso deixar claro que o objetivo ao explicitar esse movimento da PSC em busca de uma especialidade é revelar que, para nós, isso é um problema. E a partir de Martín-Baró sustentamos esta crítica, já que para ele a tarefa revolucionária da psicologia não concernia a nenhum campo específico. Pelo contrário, toda psicologia devia implicar-se com as questões sociais de seu contexto. Martín-Baró não parece ter se ocupado em definir a especialidade da psicologia da libertação. Preocupou-se sim em pensar estratégias de ação diante da urgência da implicação da psicologia na tarefa de transformação social. E definiu muito bem estas estratégias, com as reflexões sobre ideologia e opinião pública, tarefa que a PSC também não conseguiu realizar já que o objetivo “transformação social” aparece sempre de forma difusa nesta disciplina, sem conseguirmos entender qual é o sentido desta transformação. Desta forma,

o limite da atuação do psicólogo diante da tarefa de transformação social para Martín-Baró é o alcance macrossocial de suas intervenções.

Ao entrelaçar esses discursos, a iniciativa deste texto é colocar em análise as propostas de Martín-Baró e da PSC para o papel do psicólogo como agente de transformação social, a fim de construir uma prática psicológica que esteja, de fato, atenta às questões sociais e às reivindicações das maiorias populares. Por meio deste texto, nossa intenção é conduzir o leitor à reflexão do que cabe à psicologia nesta luta, cada vez mais urgente, por uma mudança que não se limite aos reformismos, que só promovem adaptações e conformações para o funcionamento da sociedade capitalista.

Por fim, à guisa de conclusão e na tentativa de dar um passo adiante na compreensão das estratégias de transformação social na obra de Martín-Baró, faremos uma breve incursão no tema da democracia e vislumbraremos as possibilidades de interpretação do fenômeno do Estado que subjazem à obra deste autor. Entendemos que este assunto é de suma importância não só para a compreensão teórica do trabalho já consolidado por Martín-Baró, mas também para os rumos da organização das estratégias de transformação social que os psicólogos podem propor e com as quais podem se engajar, em conjunto com outros setores da sociedade. Cientes do tratamento lacunar que pudemos dar a este último tema no atual estágio de investigação, optamos pela sua inclusão pela possibilidade que abre para estudos futuros.

Conjuntura Ampliada¹

El Salvador era uma colônia espanhola de baixo investimento em infraestrutura, tendo como base de sua vida econômica a mera extração e comercialização de matérias primas. A partir de sua independência, passou a ter como atividade principal a extração de café, controlada por um grupo de 14 famílias que durante um século retroalimentava sua primazia econômica com o domínio sobre as instituições políticas deste país. Como o plantio do café para a sustentação desta elite exigia a utilização de vastas extensões de terra, a questão agrária, mote principal da explosão revolucionária nos anos 1980, sempre esteve em pauta. No século XIX, a oligarquia se incumbiu de progressivamente dar fim às terras comunais indígenas, consideradas um impedimento ao crescimento econômico do país. Com amplo apoio legislativo², foram criadas leis de incentivo à plantação em grandes propriedades, leis contra os sem-terras,

¹ Baseamos a elaboração desta seção de contextualização, em grande medida, na obra de Sue-Montgomery e Wade, 2006.

² Em 1895, cerca de 90% dos membros das instâncias legislativas salvadorenhas eram cafeicultores (Sue-Montgomery e Wade, 2006).

leis contra a perambulação e contra a associação de camponeses. Já na década de 1830 houve revoltas camponesas, manifestação das contradições que se acumulavam nesta forma de organização social desigual.

Na entrada do século XX, a economia salvadorenha continuava atrelada à exportação do café, suficiente para fortalecer a elite, mas que tornava o país dependente da importação dos itens mais básicos, que acabavam não chegando à maior parte da população. A economia do país crescia em volume, mas não se desenvolvia, não se diversificava e não aprimorava as forças produtivas. A repressão continuou sendo a forma encontrada pela elite para controlar os movimentos populares e promover a segurança interna. Em 1912, a elite cafeeira financiou a criação da Guarda Nacional, que seria responsável pela manutenção da ordem no país, principalmente no campo.

A década de 1930 foi decisiva para a trajetória da história salvadorenha. Em 1929, com a crise econômica mundial, os preços do café no mercado internacional sofrem uma drástica redução. Nesta época, o café era responsável por 96% das exportações do país. Em apenas 4 anos o aporte produzido pelo café na economia foi reduzido a quase um terço. Esta situação provocou desemprego, achatamento salarial, falência de pequenos proprietários e, portanto, catalisou a concentração de riqueza na sociedade salvadorenha. O resultado disto foi o aumento da tensão social, que atingiu limites bastante trágicos nesta década de 1930.

Os movimentos sociais já se organizavam desde a década de 1910. Em 1911, foi criada a primeira iniciativa trabalhista em El Salvador, que daria origem, em 1918, à Confederação dos Trabalhadores de El Salvador, iniciando um tensionamento com o domínio social da oligarquia. Paralelamente, em 1930, é fundado o Partido Comunista Salvadorenho, que diante da fraude eleitoral de 1932, opta pela tática insurrecional. Esta manifestação é reprimida de forma rápida pelo exército, no episódio que ficou conhecido como La Matanza, em que se estima que o número de mortos tenha chegado a 30 mil pessoas. Este é um acontecimento crucial na história do país, marca o início do domínio político por oficiais militares - vigiados de perto pela elite, de quem protegeram ininterruptamente os interesses econômicos - além do fortalecimento progressivo do poder de repressão. Após este evento, foi interrompido o período de relativa abertura para as organizações populares. As organizações camponesas - que à época já contavam com cerca de 80 mil filiados - são banidas. O PCS passa à ilegalidade e não sai desta condição até a década de 1980. Este período histórico se estende até o final da década de 1970, e nele podemos encontrar os determinantes para a elevação da tensão social que culminará na tentativa de revolução na década de 1980. A tentativa desta movimentação da década de 1930 é a de criar paz social para a oligarquia e um ambiente propício à reconstrução da economia.

Em meados dos anos 1940 começa a acontecer um tensionamento no interior da cúpula militar, entre oficiais mais antigos, adeptos da repressão como forma de controle social, e oficiais mais novos, partidários da concessão de reformas sociais como maneira de promover o desenvolvimento econômico e apaziguar as reivindicações sociais. Alguns episódios de golpe aconteceram, e por mais que recebessem eventualmente a denominação de 'revolução', eram sempre controlados a cabresto pela elite econômica. As vitórias dos reformistas não trouxeram as prometidas reformas nem tensionaram a dominação econômica, mas geraram uma condição um pouco menos opressiva e mais propícia à organização popular.

Na década de 1960, o panorama político sofreu uma sensível modificação. Foram realizadas eleições abertas, marcadas pela participação do Partido Democrata-Cristão. Não foram eleições livres, mas ao menos interrompeu o ciclo democrático-institucional, em que havia eleições, mas os candidatos eram apenas representantes de correntes internas do corpo militar. Começam a ressurgir as associações sindicais e um outro movimento determinante para a vida política salvadorenha e para a análise da figura de Martín-Baró: as comunidades eclesiais de base. Sob influência do Concílio do Vaticano de 1962 e da Conferência Latino-Americana de Bispos Católicos de Medellín, em 1968, a nova linha de pensamento da Igreja apregoava uma aproximação dos pobres, a denúncia das injustiças e a luta contra as desigualdades. Em El Salvador, a Igreja incentivou as organizações populares, estimulou a tomada coletiva de decisões, além de ter dado um conteúdo político aos ensinamentos religiosos. Uma das figuras mais importantes neste processo é a do Monsenhor Romero, indicado para arcebispo de El Salvador. Apesar da linha de pensamento progressista do Vaticano, Romero é indicado por seu perfil conservador, que não colocaria a Igreja em conflito com os militares ou com a elite econômica. No entanto, ele contraria esta condição e assume os referenciais da Teologia da Libertação, desde os primeiros momentos contestando a repressão aos padres e à população.

A Igreja paga por este engajamento com a morte de mais de vinte pessoas que integravam seus quadros. Monsenhor Romero, depois de se colocar como "a voz dos que não tem voz" é abandonado politicamente pelo Vaticano e acaba sendo assassinado em 1980.

No ano de 1972, apesar das eleições acontecerem de forma restrita, apenas com candidatos militares e democrata-cristãos – considerados de posição moderada e até, em algumas linhas internas, de trato anticomunista – estas foram novamente fraudadas. Havia o temor de que os democrata-cristãos vencessem e promovessem uma abertura política mais consistente, que viabilizasse a subida de comunistas ao poder, tal como acontecera no Chile, com Salvador Allende. Assim, em meio a mais uma crise econômica que fazia novamente derrubar o aporte pela

importação do café e promovia agitação social, a resposta foi novamente a repressão. Houve mais uma vez perseguição contra as organizações populares. Foram criadas forças paramilitares com o objetivo de perseguição de representantes políticos e participantes dessas organizações populares.

De uma forma geral, começava a emergir uma descrença na população de que a alteração do quadro político e mudanças sociais profundas pudessem advir pela via eleitoral. Este sentimento se difunde entre as forças de oposição, mesmo entre as camadas mais moderadas. Decorrência disto é a criação de organizações político-militares, braços armados mantidos por organizações populares e partidos políticos, que chegavam a ter na sua composição membros do partido democrata-cristão e elementos de setores radicalizados da burguesia. Se o temor da institucionalidade oligarca-militar era de que os moderados abrissem caminho para a subida dos socialistas, o resultado produzido com a fraude eleitoral foi uma relativa radicalização destes setores moderados, que passaram a se utilizar também de táticas próximas às dos grupos de esquerda³.

A resposta à radicalização dos movimentos sociais foi o aumento da repressão, principalmente no campo, onde os camponeses se organizavam de forma armada. No final da década de 1970, após mais uma fraude eleitoral, as forças militares reprimem duramente uma manifestação que contava com a participação de 50 mil pessoas, assassinando dezenas delas. Em 1979, em função da ingovernabilidade, ocorre mais um golpe, empreendido por setores reformistas do exército. A intenção era a de fazer um governo de transição, compondo uma Junta com alguns partidos políticos. Esta Junta traçou como objetivos a democratização para eleições livres, a garantia de direitos humanos, dissolução dos grupos militares e paramilitares voltados ao combate das organizações populares, a distribuição mais equilibrada dos recursos naturais, a reforma agrária para minimizar as tensões geradas pela distribuição injusta de terras. A direita oligárquica não recebe bem esta movimentação, apesar de não haver a inclusão direta dos elementos das organizações populares nesta Junta. Contrária principalmente à reforma agrária e à nacionalização de indústrias e do setor bancário, promove uma radicalização na repressão aos movimentos populares. Neste período de forte investida militar contra a população, estima-se que, apenas no período entre 1980 e 1982, cerca de 42 mil pessoas foram mortas pelas forças militares e paramilitares.

Em 1980, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) após uma série de desdobramentos nas organizações populares que

3 É importante considerar que no Chile os democrata-cristãos logo se voltaram contra a Unidade Popular que elegeu Allende, contra o Poder Popular, fruto da mobilização popular, e logo apoiaram a intervenção do exército contra a tentativa de implementar o socialismo pela via eleitoral. O que aconteceu neste país foi, portanto, diferentemente do caso salvadorenho, uma virada à direita dos setores moderados.

permitiu uma unidade provisória para encaminhar esta ofensiva, chama a população à via insurrecional⁴.

A economia de El Salvador à época do início da guerra civil era bastante pobre e voltada para a sustentação de uma classe dominante. O nível de desenvolvimento das forças produtivas não era suficiente para a diversificação produtiva, o país era dependente da importação da maior parte dos itens indispensáveis.

Martín-Baró estava bastante a par das condições econômicas da população salvadorenha. Para compor o quadro da conjuntura do país, levantaremos algumas questões a partir dos dados oficiais que o autor traz em seu artigo de 1981.

Cuadro 1
Distribución del ingreso per cápita familiar
en El Salvador en 1977

Ingreso mensual en colones*	N de familias	N de personas	%	% acu.
0.00 - 50.57	399,057	2,486,443	57.9	57.9
50.58 - 85.00	159,485	801,701	18.7	76.6
85.01 - 195.00	167,575	754,117	17.6	94.2
195.01 - 297.00	39,986	144,626	3.4	97.6
297.01 - 593.33	23,910	78,011	1.8	99.4
593.34 - más	8,193	24,023	0.6	100.0

* Los límites en colones de cada nivel están determinados por la presentación de los datos en la fuente utilizada y son cifras promediadas.
Fuente: El Salvador, Ministerio de Planificación, Unidad de Investigaciones Muestrales, Distribución del ingreso por deciles de familia. San Salvador, abril de 1978, pág. 6.

Este gráfico nos permite apontar alguns elementos importantes. Primeiro, quase 58% das famílias se encontravam numa faixa cujos ganhos não ultrapassava os 50,57 colones ou um pouco mais de 20 dólares mensais. Mesmo considerando o teto desta faixa para todas as famílias, se fazemos o cálculo da renda mensal per capita, temos algo em torno de 3,2 dólares de ganho mensal individual. O uso de índices atuais – menos de um dólar por pessoa, por dia – atestaria que esta faixa ocupa uma posição radicalmente abaixo da linha da miséria. Mesmo a classe média do país (a terceira linha do gráfico), não sobrepujaria esta linha de

4 A FMLN era composta por cinco organizações populares: as Forças Populares de Libertação (FPL); o Exército Revolucionário do Povo (ERP); as Forças Armadas de Resistência Nacional (FARN); as Forças Armadas de Libertação (FAL); e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centroamericanos (PRTB). Entre eles havia divergências políticas, estratégicas e táticas. Mas esta unificação permitiu uma ofensiva insurrecional contra o exército salvadorenho.

miserabilidade, com pouco mais de 17 dólares mensais por pessoa, mesmo fazendo o cálculo pelo teto da faixa. E nem mesmo as famílias que ocupassem o início da faixa da principal elite, com cerca de 81 dólares per capita mensal estaria numa situação tão confortável.

Este gráfico pode, no entanto, ocultar a drástica concentração da riqueza em poucas mãos. Pela estratificação feita, pode parecer que a situação é ruim para todas as faixas sociais e os mais ricos ganham apenas cerca de 10 vezes mais do que os mais pobres. No entanto, a última faixa é pouco explorada. A elite oligárquica que realmente acumula a riqueza produzida não parece agrupar as mais de 8 mil famílias compreendidas no gráfico. Se o gráfico trouxesse informações sobre os ganhos das 50 ou 100 famílias mais abastadas, talvez tivéssemos uma dimensão mais aproximada da acumulação concentrada da riqueza.

Compreender este contexto ampliado nos auxilia a localizar Martín-Baró como figura coerente com os rumos dos acontecimentos locais e como personagem ímpar na história da psicologia. Sua importância foi a de um autor que soube expressar o descontentamento latente dos pesquisadores da psicologia social contra uma psicologia que não se aproximava dos problemas sociais reais e imediatos - ou que se aproximava ideologicamente, de modo a ocultá-los, invertê-los - mas mais do que isso, soube fazê-lo na prática, escapando do nível meramente formal de discussão. Sua obra nos deve servir de inspiração para que consigamos incorporar a análise de conjuntura no que-fazer do psicólogo. É indispensável que marquemos as formas produtoras de desigualdade em nossa sociedade para que tenhamos condições de formular estratégias de enfrentamento. Estamos de acordo com Martín-Baró quando considera a América Latina como uma unidade que demanda uma leitura unificada e uma mobilização integrada, já que, apesar das diferentes formas de dominação, o conteúdo da opressão é bastante próximo. Em nosso caso específico, para pensarmos nas formas atuais de dominação, apesar de não vivermos - e de não termos vivido - em nosso país uma situação de guerra civil, o movimento popular que se iniciou na década de 1980 já dá plenos sinais de esgotamento e, principalmente aponta que não está no caminho de representar uma ruptura com as formas tradicionais de dominação política e econômica. Pelo contrário, tem mostrado que, se caminhou de mãos dadas com as classes populares até um determinado momento, hoje se posta contra estas classes. A tônica, em nossos dias atuais, tem sido a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, cooptação e esvaziamento dos sindicatos, a conciliação como projeto de manutenção no poder, seja esta com os tradicionais *caciques* políticos ou com os grupos capitalistas. Fazer um verdadeiro tributo a Martín-Baró implica utilizar seu arsenal teórico e a potência de ação de sua obra para tematizar as formas atuais de dominação e gerar estratégias de luta que tenham como norte a superação das atuais condições de opressão. Martín-Baró cumpriu esta função no limite. A materialidade histórica nos mostra

que o risco que ele corria ao defender suas posições era iminente. A iniciativa do Instituto Universitário de Opinião Pública (IUDOP) – organização fundada por Martín-Baró e que abrigava suas pesquisas empíricas – de dar voz aos oprimidos remontava aquela de Monsenhor Romero, assassinado em 1980. Acreditamos que esta iniciativa seja eloquente como projeto de ação na obra do autor, que a utilizou para viabilizar o trabalho de desideologização – a derrubada de um senso comum que age por justificar e naturalizar as condições de opressão dos povos – considerado por ele como o campo de atuação privilegiado do psicólogo social.

Por ora, pretendemos explicitar a estratégia de atuação social proposta por Martín-Baró para enfrentar os problemas reais e imediatos apresentados por ele. A tarefa que nos damos é a de apresentar a ideologia como conceito central na teorização de Martín-Baró e os trabalhos de opinião pública como forma de ação encontrada pelo autor para efetivamente colocar o psicólogo no campo da ação social. Antes disso, pretendemos tematizar a questão da estratégia de ação no interior da Psicologia Social Comunitária brasileira e os possíveis pontos de contato com a obra de Martín-Baró.

Psicologia Social Comunitária e estratégia de ação em Martín-Baró

A potência em homenagear e retomar, mais uma vez, as reflexões de Martín-Baró está na sua contundente possibilidade de colocar em análise o que tem sido produzido por nós, psicólogos, principalmente no continente latino-americano. Ao longo das últimas décadas esta Psicologia não se cansou em reverenciar sua obra, usando-o como fonte de referência e inspiração. É por isso que trazer Martín-Baró novamente aos nossos textos deve servir para problematizar o que foi construído a partir desta inspiração, e não para simplesmente reproduzir sua biografia, conceitos e orientações. Usando seus ensinamentos como analisadores, é possível pensar sobre os desafios e limites dos postulados e estratégias de intervenção da Psicologia Social Comunitária (PSC) brasileira.

A pesquisa sobre as produções textuais da PSC (Gonçalves, 2013) nos traz elementos a serem analisados à luz das reflexões de Martín-Baró sobre o papel do psicólogo diante das questões sociais e do projeto de transformação social.

Qual é o alcance da Psicologia diante da questão da transformação social? Quando pensamos sobre o trabalho do psicólogo inserido em intervenções sociais, promover transformação social é a justificativa amplamente reiterada para o trabalho do profissional em contextos populares (sociais). Mas, muitas vezes, deixamos de nos perguntar: em que direção vão essas mudanças? Todas as propostas de transformação social dos psicólogos que intervêm em contextos sociais tem o mesmo sentido?

As questões surgem em um momento de profusão da inserção social da Psicologia nos mais diferentes setores e espaços: direitos humanos, pobreza, violência, favelas, ONGs, políticas públicas, etc. No momento em que se constata que a Psicologia produz intervenções sociais e o psicólogo, então, traveste-se cada vez mais do papel de um trabalhador social, parece interessante nos debruçarmos sobre quais sentidos tem sido produzidos nos discursos que justificam esse campo. A ideia é que, ao discutir as propostas de inserção social da Psicologia a partir da obra de Martín-Baró e da Psicologia Social Comunitária brasileira, será possível pensar sobre os alcances e as consequências de suas práticas no que diz respeito à questão da transformação social. Martín-Baró foi, muitas vezes, uma referência para PSC latino-americana. Sua obra justificava a necessidade de implicação dos profissionais com as questões das maiorias populares em prol da transformação de suas realidades. No entanto, apesar desta declarada inspiração, parece interessante retomar e problematizar o sentido de transformação social a partir de Martín-Baró e da PSC já que encontramos algumas dissonâncias quanto as suas propostas para o trabalho do psicólogo.

É importante dizer que a questão da transformação social não é simples. Não basta a psicologia – ou qualquer outro campo – pretender uma certa transformação para que ela seja implementada. Não é nosso objetivo falar simplesmente sobre a eficácia ou ineficácia da psicologia sobre os problemas sociais. O que estamos a indagar neste momento é o sentido da transformação subjacente aos projetos de psicologia presentes nas propostas de Martín-Baró e ao campo da PSC. Para isso, talvez seja importante trazer os problemas sociais tal como elencados por determinadas abordagens psicológicas e trazer as estratégias de enfrentamento a esses problemas.

Historicamente, sabemos do engajamento da Psicologia brasileira com esta questão a partir, principalmente, dos anos 1970. Uma série de problematizações buscava indagá-la quanto aos seus rumos como um campo de saber, e também quanto às consequências do que havia produzido até então como uma prática social. Esses questionamentos eram dirigidos ao exercício profissional, acusado de estar majoritariamente voltado as elites ou classes sociais privilegiadas e centrado na prática clínica liberal dos consultórios. Havia, por outro lado, um movimento dentro da Psicologia Social que questionava a transposição dos referenciais norte-americanos desta disciplina ao contexto latino-americano. Reivindicava-se então que a produção do conhecimento em Psicologia Social estivesse pautada pelas realidades das maiorias populares latino-americanas. A Psicologia não deveria só atentar-se aos problemas sociais, mas também contribuir para transformá-los. Surgem propostas de intervenção atentas a três novos objetivos: deselitizar a Psicologia, aproximar-se da realidade concreta da população e afastar-se dos lugares tradicionais de trabalho. A PSC surge no Brasil neste contexto de mudança

de rumo nos caminhos da profissão e de reivindicação por uma nova direção para a Psicologia Social. Esteve sempre vinculada a essa relação que se estabeleceu da Psicologia com a questão social e suas tentativas de intervir nessas questões. Neste momento, a maior preocupação era aproximar-se das maiorias populares, mesmo sem referenciais teóricos e metodológicos bem estabelecidos, e arejar as práticas profissionais engessadas em parâmetros conservadores, muitas vezes direcionada às elites. Havia um impulso em realizar essa aproximação, já que a psicologia começou a se sentir em dívida com esses setores da população, até então esquecidos pelos profissionais psi. No entanto, a preocupação em consolidar uma identidade a essas práticas, sob o título de psicologia comunitária, foi um movimento crescente ao longo de sua história. O espírito espontâneo e criativo (e até revolucionário) que parecem ter marcado essas práticas iniciais enfraqueceram-se durante a sua trajetória. Hoje respondem muito mais a exigências de pertencimento ao campo do que as urgentes necessidades da maioria da população. A preocupação inicial de produzir práticas transformadoras dentro da psicologia foi, portanto, esvaindo-se pela história da PSC.

A expectativa em fornecer unidade ao campo constitui-se num horizonte para os representantes da PSC. O aumento do número de publicações já foi argumento para evidenciar a proximidade “de uma concepção geral de Psicologia comunitária, de sua especificidade” (Góis, 2005, p. 32). A tarefa de dar uma forma ao que foi produzido tem sido fruto de um esforço identitário da PSC. De acordo com Nascimento (2001, p. 36), “a busca de um modelo que lhe dê identidade acompanha a história da atuação comunitária da psicologia”. Dessa forma, torna-se mais fácil distinguir quem pertence ou não a ela, quem está autorizado a falar e a responder suas questões, quais são, afinal, as suas práticas, orientações e métodos. Essa estratégia da PSC tem, por exemplo, como efeito, oferecer especificidade ao campo e tornar aqueles que pertencem a ele especialistas. Mesmo que a PSC não tenha chegado a um nível de institucionalização em que as pessoas precisem de uma formação específica para falar em seu nome, a defesa de uma identidade, revelada pelo processo de definição de um *corpus* teórico-metodológico próprio e uma especificidade para a sua prática, delimita fronteiras e estabelece quem está fora ou dentro do campo. Assim, mesmo que o fato de a PSC ter sido produzida majoritariamente ligada a Universidade lhe ofereça um arejamento quanto ao estabelecimento dessas fronteiras e dos que podem falar em seu nome, o esforço identitário sempre pretende amarrar os contornos dessa forma e perseguem o objetivo de responder verdadeiramente as perguntas: o que é PSC? Essa intervenção é ou não de PSC?

Dentre as várias definições oferecidas a estas perguntas (Góis, 1989; Freitas, 1996; Bomfim, 1989; Andery, 1989; Lastória, 1989; Arendt, 1997; Mello e Souza, 2007), podemos observar pontos de convergência nas

definições apresentadas em relação à noção de qualidade de vida e ao alargamento dos campos tradicionais da Psicologia por meio da PSC. A questão da especificidade é motivo de discussões variadas. A pergunta “qual é exatamente o papel do psicólogo quando inserido nesse novo contexto de atuação?” Surge principalmente quando a prática do psicólogo se desvincula dos lugares consagrados de atuação – a clínica, a escola e as organizações – onde, supostamente, suas tarefas já estão muito bem codificadas e delimitadas. Em geral, nesses casos, o papel exercido pelos profissionais não é motivo de maiores problematizações. O psicólogo comunitário, entretanto, se aventurava em um campo novo, ainda pouco consolidado, motivo pelo qual as questões em relação às possibilidades e aos limites de sua atuação ganharam novo alento e marcaram historicamente as produções da PSC. O reiterado questionamento sobre o fazer do psicólogo inserido em práticas comunitárias, identificado aqui desde a década de 1980, foi aspecto relevante para a institucionalização da disciplina ao longo das últimas décadas. A pergunta que surgiu diante do embaraço de não ter métodos, teorias e orientações muito bem definidas culminou na consolidação de um campo que, hoje, se esforça em apresentar referências conceituais e metodológicas na maioria de suas publicações. Mas o que nos interessa, ao pesquisar a PSC, é indicar a fragilidade das totalizações que podem revestir este termo (Nascimento, 2001, p. 41).

Um dos aspectos que indica a falta de unidade do campo está a constatação de uma pluralidade de referenciais teóricos usados pelos representantes do campo. Dentre eles, temos, por exemplo: Psicossociologia; Sociologia Clínica; Perspectiva Sistêmica; Educação Libertadora; Biodança; Socionomia; Teoria Histórico-Cultural; Intervenção Psicossocial; Grupo Operativo (Pichón-Riviére); Psicanálise; Paradigma Ecológico e também a Psicologia da Libertação⁵. Essa multiplicidade de vinculações teóricas e epistemológicas indica que muitas coisas cabem dentro da PSC e que essa forma-disciplina está longe de ter limites bem definidos. Portanto, não se pode concordar que a PSC é um campo apaziguado. Apesar da tentativa de afirmar uma etiqueta, a fim de instituir quem responde em seu nome, quais são suas teorias e conceitos próprios, não é possível afirmar com tranquilidade o que cabe ou não a esse campo.

Não é a intenção, no entanto, defender qualquer tipo de unidade ao apontar esse traço plural na constituição da PSC. O que nos interessa é

5 Não é a intenção neste texto dizer o que é ou não psicologia comunitária, quem pertence ou não ao campo, etc. Esses parâmetros foram dados pelo próprio campo e seus representantes a partir de pesquisa bibliográfica. Em pesquisa recente sobre as produções textuais da disciplina no Brasil (Gonçalves, 2013), consideramos que todo o material encontrado sob as palavras-chave psicologia comunitária ou psicologia social comunitária pertenciam ao campo. Portanto, já que esses referenciais apareciam em textos encontrados no material pesquisado a partir dessas palavras-chave, consideramos que os mesmos pertencem ao campo da psicologia comunitária.

atentar para a precariedade dos contornos dessa forma e desconfiar daqueles que se esforçam para mantê-la e reafirmá-la a todo custo.

Uma ideia comum, que também faz parte de um esforço por oferecer identidade ao campo, é a busca de consolidação dos referenciais teóricos, epistemológicos e metodológicos que sustentam os pressupostos da PSC. Portanto, criticam-se as intervenções que não explicitam as teorias que lhes servem de apoio. Não é mais possível que a Psicologia Comunitária se aventure no campo de atuação de forma intuitiva (Sarriera, 2010), prática comum em alguns dos trabalhos pioneiros da disciplina, quando não se sabia muito bem o que fazer ao encontrar a comunidade. O desconforto de não saber o que fazer nos parece ser ainda uma sensação comum dos que se aventuram nas intervenções comunitárias. Talvez por isso a constante defesa por uma orientação bem definida quanto a uma teoria explicativa dos fenômenos e uma maneira de enxergar a realidade.

A problematização sobre os limites deste campo nos permite pensar que as aproximações da Psicologia com as comunidades (ou favelas, periferias, etc.) não estiveram sempre dentro destes contornos. Não seguiram sempre este conjunto de referenciais e metodologias que hoje, ao menos em tese, compõem uma área específica dentro da Psicologia denominada PSC. O que queremos dizer é que as práticas dos psicólogos em comunidades não foram sempre definidas como intervenções que pertenciam a um campo e que pretendiam aplicar suas orientações. A imagem que nos parece traduzir este raciocínio é a de um profissional que se deslocava até as comunidades sem o livro de PSC embaixo do braço⁶. Realizar intervenções em comunidades não representava aplicar referências, conceitos ou métodos da PSC. Os profissionais não se identificavam como psicólogos comunitários. Em alguns casos, eles iam sem saber muito bem o que fazer, mas com o intuito de colocar em questão os espaços em que a Psicologia, até então, tinha ocupado como profissão.

Em relação a isso, Martín-Baró contribui para a problematização deste esforço identitário da PSC já que, para ele, ao invés de defender a constituição de um campo específico,

A Psicologia latino-americana deve descentrar sua atenção de si mesma, despreocupar-se com seu status científico e social e propor-se um serviço eficaz para atender as necessidades das maiorias populares. São os problemas reais dos povos, não os que preocupam outras latitudes, que devem ser o objeto primordial de seu trabalho. E, hoje, a questão mais importante que confronta as grandes maiorias latino-americanas é a sua

⁶ Não é a intenção banalizar as iniciativas que embasam suas intervenções em referenciais teóricos e metodológicos estabelecidos pela PSC, mas sim enfatizar que as iniciativas iniciais de aproximar a psicologia das favelas e periferias pareciam estar mais livre da necessidade de se apoiar em livros-texto e orientações de seus representantes.

situação de miséria opressiva, sua condição de dependência marginalizante que lhes impõe uma existência inumana e lhes arrebatada a capacidade para definir sua vida. Portanto, se a necessidade objetiva mais peremptória das maiorias latino-americanas é a sua libertação histórica de estruturas sociais que as mantêm oprimidas, para essa área deve se voltar a preocupação e o esforço da Psicologia. (Martín-Baró, 2009b, p. 191).

Mais do que defender a construção de uma Psicologia da Libertação, Martín-Baró (1986, p. 190) reivindicava uma libertação da Psicologia que estivesse atenta a relação entre as dimensões pessoal e coletiva no que diz respeito a desalienação, ao poder e a libertação. É preciso “libertar a Psicologia daqueles lastros teóricos e técnicos que a marginalizam dos justos anseios das maiorias populares” (Martín-Baró, 1986, p. 214). Para além de definir marcos teóricos e metodológicos, definir limites para o campo ou a quem cabe libertação dos povos, a Psicologia deve atentar-se para as urgências das classes oprimidas. São elas que devem ser priorizadas. E este sim constituir seu esforço. Centrar-se sobre si mesma para consolidar uma especialidade *psi* não parece responder as necessidades das maiorias populares. Ao realizar esse esforço narcísico, a PSC acaba deixando em segundo plano os motivos que deveriam pautar sua atuação e guiar a construção do caminho da mudança social. A quem, afinal, serve esse esforço?

Ao perseguir a sua constituição como um campo específico, a PSC limita aqueles que podem falar e intervir em seu nome. Como se para lidar com questões sociais, se aproximar de determinados espaços da cidade e das maiorias populares o psicólogo necessariamente precisasse estar vinculado a este campo. Assim, acabamos caindo no perigoso raciocínio de que só psicólogos comunitários devem se implicar com questões políticas e sociais, só estes devem estar atentos às maiorias populares, só estes devem se deslocar até os espaços de exclusão, só estes devem pensar novas formas de fazer Psicologia. A esse respeito Martín-Baró (1981) prefere se referir à “Psicologia em seu conjunto” e preocupa-se com o fazer do psicólogo nos seus diferentes setores. O engajamento político e o compromisso com as maiorias populares não deve ser setorializado, da alçada de uma Psicologia que se defina “da libertação” ou “comunitária”, apesar de muitos tributários de sua obra no Brasil terem defendido a consolidação desses campos como especialidades dentro do campo *psi*.

A PSC existe como realidade histórica, produz pesquisas e intervenções com esse nome. No entanto, apesar do esforço realizado pela disciplina ao longo dos últimos anos, não é possível estabelecer com tranquilidade os limites desse campo. Essa tentativa parece ter produzido critérios que só respondem aos jogos de poder de quem se interessa em estabelecer fronteiras disciplinares a fim de julgar quem pertence ou não a um campo. A não ser pelos efeitos que produz a partir daqueles que em

seu nome realizam múltiplas ações na realidade, não há como unificar essas experiências em um rótulo. A intenção deste trabalho, em absoluto, é defender esta unificação e rotulação. A ideia é evidenciar como esse esforço acaba caindo em um vazio quando sua intenção é somente julgar aqueles que fazem parte ou não do campo PSC e quem pode falar em seu nome. Nem pelos seus referenciais teórico-metodológicos, nem pelo que define como sendo objetivo de suas intervenções é possível afirmar uma identidade a PSC. É importante destacar que o investimento em defender uma unidade para o campo nos parece vazio de sentido. Ao invés dele, julgamos mais interessante pensar quais práticas estamos produzindo ao nos aproximarmos das maiorias populares, se elas realmente instauram novas formas de fazer Psicologia, quais são seus efeitos, e principalmente, qual é o seu compromisso ético-político.

Sobre a ideologia e o trabalho do psicólogo comunitário

A questão da ideologia é inserida por Martín-Baró no centro do que-fazer do psicólogo. Para ele, a ação do psicólogo deve se voltar para os impedimentos subjetivos à mudança social, mas sem esquecer que os impedimentos mais substanciais são aqueles advindos do plano material. A estratégia de ação de Martín-Baró é a de intervir sobre os processos de conscientização, para que as maiorias populares se livrem do senso comum ideologizado. Ao afirmar que o horizonte primordial da psicologia deve ser a conscientização, se está propondo que o que-fazer do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade (Martín-Baró, 1985b, p. 17). Não se trata de dizer que o autor desconsiderava os determinantes oriundos do plano material. Mas sim que propõe que os psicólogos assumam a tarefa de compreender a complexidade dos sistemas de ideologias que são internalizados pelas pessoas a partir de suas experiências sociais cotidianas e contribuam para sua superação. Que compreendam a origem sociopolítica da ideologia e seu enraizamento no psiquismo humano, que tem como resultado a reprodução da dominação social e a manutenção da ordem estabelecida.

Martín-Baró demonstra-se ciente de que o ataque às formas de consciência alienada não seria, por si só, responsável por transformações no plano da realidade e pela supressão das condições de exploração da população. Mas para Martín-Baró seria bastante difícil lograr êxito no plano da realidade sem antes derrubar os véus que encobrem os determinantes da opressão dos povos da América Latina. O fenômeno que se apresenta na sua superficialidade é de um fatalismo, de uma impossibilidade de luta contra as formas de opressão. A psicologia tradicional costuma atribuir este quadro ao sujeito individual (Martín-Baró, 1986), sem fazer menção à formação histórica do povo nem às condições de circulação da opinião pública a que está submetido o sujeito

individual. Neste sentido, apesar de ser um inimigo menos volumoso, se comparado aos obstáculos materiais – estrutura econômica desigual, injusta, dependente; uso histórico da repressão como forma de controle social; submissão internacional aos EUA – a consciência alienada se interpõe como um obstáculo mais imediato, que deve ser enfrentado em caráter preliminar.

Martín-Baró (1985) define a ideologia como um universo simbólico que se produz em contato com uma forma de organização social específica. Cada forma de organização social é responsável pela criação de uma ideologia correlata, que é indispensável para o cumprimento de algumas funções, como "dar sentido às grandes interrogações da existência humana", "justificar seu valor para todos os setores da população" e "permitir sua interiorização normativa nos grupos e pessoas". Ao cumprir estas funções, segundo o autor, a ideologia também opera uma ocultação dos interesses das classes dominantes e gera uma falsa consciência, "uma distorção entre a configuração da realidade e sua representação na consciência dos grupos e pessoas". Do ponto de vista da psicologia social, Martín-Baró utiliza o termo "senso comum" para tratar do fenômeno da ideologia. Cabe ao psicólogo, contribuir para promover a superação do senso comum que impede as pessoas de entrar em contato com os reais determinantes da opressão social e, por conseguinte, de deflagrar o movimento de mudança social.

Numa sociedade configurada por interesses de classe, Martín-Baró considera que a ideologia é um dos fatores constitutivos da violência. A propagação ideológica ampara o surgimento de valores e racionalizações que justificam o emprego da violência por parte dos órgãos institucionais. Mesmo as pessoas que se definem pacifistas, humanistas e religiosas se veem implicadas na legitimação da violência por parte do exército. Além disso, como aspecto complementar, a ideologia é por vezes tratada como forma de 'mentira institucional'. Num contexto de guerra civil, os meios de comunicação são utilizados pelas classes dominantes como maneira de tentar convencer e comover a população a se unir contra o inimigo. O senso comum que se cria realiza, pelo empobrecimento dos vetores em circulação, uma dicotomia entre o bem e o mal. Com esta simplificação dos fatos e argumentos cria-se uma história oficial. No contexto salvadorenho, os meios de comunicação eram controlados pela oligarquia, que passava uma versão oficial à população condizente com suas necessidades de dominação de classe. O que se observa, na prática, como efeito da repetição sistemática da mentira institucional, é a transformação de opositores, lutadores e mártires em bandidos, sobre os quais nada mais se deve fazer do que aplicar a força da lei por meio de ações ostensivas para que a ordem esteja restabelecida.

No entanto, para que os psicólogos consigam trabalhar questões sociais e avançar no combate aos sentidos comuns ideologizados, precisam

enfrentar o problema da ideologia no interior da própria disciplina. Para que a psicologia consiga tematizar a ideologia e contribuir para a superação de 'sentidos comuns' ideologizados, é preciso que resolva algumas questões internas, relativas à própria teorização psicológica. Em primeiro lugar, para Martín-Baró, é preciso que deixe de operar a partir de referenciais teóricos advindos dos centros hegemônicos. Para ele, é preciso que tenhamos a capacidade de pensar com autonomia a nossa psicologia, a partir dos problemas sociais que acometem as nossas populações. Isto não implica simplesmente abandonar toda a história da psicologia, mas encará-la com viés crítico. É preciso também que façamos uma inversão epistemológica. Ao invés de procurarmos primeiro um marco teórico e depois tentar aplicar aos diferentes objetos, para ele, é preciso assumir uma postura epistemológica diferente: não são os conceitos que devem invocar a realidade, mas a realidade é que precisa buscar os conceitos. "Que não sejam as teorias que definam os problemas... mas sim que sejam esses problemas que reclamem, e por assim dizer, escolham sua própria teorização." (Martín-Baró *apud* BANCHS, 1990). Além disso, a historicidade deve ser considerada como uma marca epistemológica e critério de validade para a psicologia. Um fenômeno psicológico deve ser considerado relativamente ao contexto social que lhe abriga.

Transpondo para a questão prática, Martín-Baró relaciona o alcance e os limites do trabalho do psicólogo ao estudo da ideologia. A tarefa da psicologia social, além de identificar o caráter ideológico do comportamento, consiste em encaminhar uma práxis transformadora. Para isto, o psicólogo deve intervir sobre as ideologias antipopulares, desmascarando as concepções que se coloquem a favor das formas de opressão do povo. Tudo o que reforce o fatalismo e outras formas de afastar a população da possibilidade de enfrentar a opressão que opera sobre ela deve ser combatido. O profissional de psicologia, ao tentar deflagrar uma práxis transformadora num processo de mudança social deve assumir a perspectiva do povo⁷, se esforçar para compreender a realidade em questão e comprometer-se com um processo que dê ao povo o poder de se organizar com autonomia. Portanto, apenas trabalhar numa perspectiva popular – o que já significaria um avanço em relação à psicologia tradicional, que toma a perspectiva do polo dominante – não é o suficiente segundo a proposta de Martín-Baró. Além disso, é preciso evidenciar a conjuntura histórica – o que já conduz o psicólogo necessariamente para fora do plano da mera teorização psicológica –, e ainda colocar seu trabalho como agente efetivo das transformações sociais,

7 Em seu artigo de 1974, "Quem é o Povo?", Martín-Baró evoca tres dimensões para definir esta categoria central em seu trabalho. Contra o que chama de 'usos nada assépticos' da ambiguidade e da polissemia do termo, Martín-Baró diz que para considerarmos 'povo' é preciso abordar seu caráter histórico, político e sócio-econômico. A evocação desta complexidade do termo é feita para evitar simplificações, como por exemplo, a operada pelas formas fascistas. Para ele, povo é aquela parcela que, nas três dimensões mencionadas, está aberta a mudanças, a que aglutina para viabilizar estas mudanças.

fator que inviabiliza definitivamente o psicólogo a manter-se numa posição de neutralidade. Dessa forma, fica claro que o trabalho do psicólogo, conforme concebido por Martín-Baró, tem como perspectiva a sua atuação no campo da ideologia, no campo das determinações subjetivas, sem esquecer que os determinantes objetivos não só existem como são mais substanciais, mas que eles não dizem respeito ao trabalho do psicólogo.

Os psicólogos sociais pouco ou nada podemos fazer frente aos três grandes fatores objetivos que impedem o desenvolvimento da democracia nos países latino-americanos. No entanto, há algo - e talvez muito - que possamos fazer a respeito dos fatores que temos chamado subjetivos ou intersubjetivos. (...) A psicologia social é aquela disciplina cujo objetivo consiste em examinar o que há de ideológico no comportamento humano, tanto das pessoas como dos grupos. (Martín-Baró, 1985, p. 6).

A mesma ideia, bastante representativa do seu pensamento a respeito do papel, dos alcances e limites da prática do psicólogo, pode ser vista em outro texto de sua autoria (Martín-Baró, 1985b, p. 22).

Não está nas mãos do psicólogo, enquanto tal, mudar as injustas estruturas socioeconômicas de nossos países, resolver os conflitos armados ou resgatar a soberania nacional, servilmente penhorada aos Estados Unidos. (...) Pois se o psicólogo, por um lado, não é chamado a intervir nos mecanismos socioeconômicos que articulam as estruturas de injustiça, por outro é chamado a intervir nos processos subjetivos que sustentam e viabilizam essas estruturas injustas; se não lhe cabe conciliar as forças e interesses sociais em luta, compete a ele ajudar a encontrar caminhos para substituir hábitos violentos por hábitos mais racionais; e ainda que a definição de um projeto nacional autônomo não esteja em seu campo de competência, o psicólogo pode contribuir para a formação de uma identidade, pessoal e coletiva, que responda às exigências mais autênticas dos povos.

Sublinhemos ainda que a importância atribuída aos fatores subjetivos é menor.

A importância deles é certamente menor, mas não é desprezível. Trata-se de todo esse mundo da cultura e da consciência coletiva, o universo dos símbolos e das ideologias. (Martín-Baró, 1985, p. 5)

À luz destas reflexões de Martín-Baró sobre o alcance e os limites da prática profissional, trazemos para discussão a pesquisa sobre a caracterização do trabalho do psicólogo comunitário nas produções textuais deste campo. O esforço em discutir qual é a tarefa do psicólogo inserido em contextos comunitários esbarra em um embaraço dos próprios profissionais em definirem qual é o seu papel naqueles novos espaços de

atuação. Essa dificuldade em definir o escopo de sua atuação está relacionada também a própria história profissional, tradicionalmente vinculada às atuações clínicas.

Ao tentar estabelecer o escopo do seu trabalho, o psicólogo comunitário escorrega entre o que se define como clínica e todas as práticas, que mesmo sem saber exatamente em que consistem, se definem como “não clínica”. Na tentativa de escapar das práticas tradicionais, caímos no limbo de tudo aquilo que, em tese, não são atuações clínicas. Não se sabe muito bem o que se faz, mas não se faz clínica.

No entanto, o que nos interessa destacar é a existência de uma oposição na descrição do trabalho do psicólogo entre uma dimensão concreta e uma dimensão subjetiva. Essa oposição tem a ver com esta questão em fazer ou não fazer clínica, mas vai além. Diz respeito aos próprios limites e alcances do trabalho do psicólogo quando inserido em contextos comunitários em que se vê diante de uma série de problemas sociais. Em que direção vai a atuação profissional? Quais são as possibilidades de intervir nas condições sociais daquela população? Em relação a isso, Martín-Baró comenta:

Qual tem sido a contribuição da Psicologia ao desenvolvimento integral dos povos latino-americanos? Pessoalmente, penso que, resguardadas algumas exceções muito honrosas, a Psicologia e nós, os psicólogos latino-americanos, temos permanecido à margem dos grandes movimentos e das inquietações de nossos povos (Martín-Baró, 2009)

E o mais grave é que a marginalidade da práxis não pode ser atribuída a um conformismo germinal dos psicólogos ou a uma insensibilidade ante os sofrimentos das maiorias, mas, mais provavelmente, a uma impotência intrínseca ao próprio fazer psicológico. (Martín-Baró, 1989, p. 203).

Apesar de reconhecer a materialidade da vida das pessoas que vivem em comunidades, como as péssimas condições de saneamento básico e saúde, a falta de acesso à escola, questões econômicas, políticas, etc. o psicólogo parece não intervir nessa esfera. Seu alvo sempre se constitui em torno do que denominamos dimensão subjetiva. Ou aquela que envolve relações, afetos, vínculos, desejos ou, para usar outro termo, a dimensão simbólica.

Nesse mesmo sentido, vimos que ora é tarefa do profissional que atua em comunidades trabalhar com questões, digamos, mais concretas, objetivas, que dizem respeito ao saneamento, à alimentação, à infraestrutura, à criação de comissões para reivindicar transporte, água, luz, esgoto, escola; ora, ele precisa trabalhar com a afetividade, a identidade, a solidariedade, o bem-estar, a autoestima, com os *problemas existenciais*, ou seja, com as *questões mais pessoais*. Ainda que afetividade e bem-estar estejam diretamente envolvidos com alimentação e

saneamento, os relatos presentes nos anais revelam uma oposição entre as dimensões coletiva e individual e, dessa forma, atribuem ao psicólogo comunitário a tarefa de elaborar frentes de trabalho que deem conta dessas duas dimensões de forma diferenciada.

Como exemplo, trazemos alguns trechos que ilustram esta oposição entre as dimensões individuais e concretas na descrição de intervenções comunitárias dos psicólogos:

Desde o início, percebemos que muitas questões emergentes nos grupos eram mais da ordem material e concreta do que da afetiva, devido à grande precariedade material e pobreza vividas na região. Então mantivemos o olhar clínico, no sentido de trabalhar as representações e a afetividade em jogo, articulando a uma leitura social e histórica, trabalhando o afetivo na situação social, a relação entre fantasias inconscientes e estrutura social, como forma de fazer uma leitura do processo vivido e também como potencialização dos coletivos para que ações transformadoras pudessem ser geradas. (Hur, 2010, p. 39)

Diante de tantas solicitações, os agentes externos já não compreendem mais quais são suas atribuições. Sentem-se pressionados a resolver os problemas no âmbito pessoal e a 'fazer pelos outros', uma vez que representam o poder público. Por parte da população, há uma expectativa de que o psicólogo solucione problemas pessoais (familiares, conjugais e emocionais) ou relacionadas a carências sociais (saúde, educação, emprego e moradia), o que contribui para obscurecer seu papel na comunidade, vinculando-o à prática clínico-assistencialista que oferece soluções mágicas e resultados imediatos. (Ansara & Dantas, 2010, p. 100)

No entanto, não há escuta do que está por trás dessa demanda concreta, e por isso, a demanda de amor, quase nunca é ouvida, sendo frequentemente reformulada em uma outra demanda de objeto. [...] Refletir sobre a natureza da demanda faz-se necessário quando nos deparamos com uma compreensão generalizada no senso comum, e, alarmantemente, no meio acadêmico, de que as pessoas de baixa renda não tem sofrimento psíquico, mas necessidade de 'encher barriga'. Nada mais ingênuo e insultuoso. Sem negarmos questões concretas de sobrevivência, consideramos errado e incompetente oferecer a essa população modos de ação que estejam ligados a valores e regras de convivência de outras classes socioeconômicas, negando a elas o que "supomos" não ser uma *necessidade básica*. (Costa & Brandão, 2005, p. 35, grifo do autor)

Não queremos defender aqui que o profissional que atua em comunidades deve desconsiderar a materialidade da realidade social com a qual se depara (miséria, más condições de vida,

falta de geração de renda etc.), mas sim que, estando ciente de tal realidade, propicie à comunidade uma nova forma de se posicionar frente a ela. Afinal de contas, um grau considerável de materialidade faz parte da vida de todas as pessoas [...] e os psicólogos devem estar preparados para lidar com ela nos diferentes contextos: comunidades, hospitais, empresas e até mesmo na clínica. (Junior & Ribeiro, 2009b, p. 97)

Para pensar sobre este debate, trazemos a fala de Martín-Baró, perguntando-nos: afinal, o que cabe ao psicólogo quando tratamos essa questão de forma dicotômica? Pode a psicologia, principalmente quando diante de questões sociais urgentes, ignorar em sua intervenção a dimensão material e concreta da vida das pessoas? Cabe a ela intervir nesta dimensão? Segundo o autor, os problemas sociais dizem respeito à Psicologia, mas não é possível tratá-los somente dentro do campo *psi*.

Vocês poderiam dizer, com toda a razão, que o problema do subdesenvolvimento, da dependência e, até mesmo, da injustiça estrutural de nossos países não é, primeira e fundamentalmente uma questão psicológica e nem sequer psicossocial. Estou de acordo com isso e longe de pretender incorrer em um ingênuo reducionismo psicologista que ignora os determinantes últimos do poder social. Todavia, atrevo-me a afirmar que se trata de um assunto que concerne ou deve concernir à Psicologia, tanto a acadêmica quanto a profissional. (Martín-Baró, 1989, p. 207).

O que se pode perceber no campo da PSC é que esta dicotomização da questão individual x concreta só serviu ao argumento da especificidade *psi* nas atuações sociais, para garantir um campo de trabalho à psicologia e diferenciá-la de outros profissionais. Portanto, a defesa das intervenções na dimensão subjetiva vem acompanhada dos argumentos que defendem uma especificidade para o trabalho do psicólogo quando inserido em contextos comunitários. Tais argumentos defendem que é preciso então individualizar ou psicologizar questões econômicas, políticas, sociais para que o psicólogo possa intervir, tendo em vista os limites de sua atuação e de sua formação. Isso fica claro na fala de Paiva e Yamamoto (2010):

Parece-nos que há uma tentativa de justificar a presença de um psicólogo em uma equipe que trabalha em contextos de pobreza. No entanto, as justificativas se voltam para a psicologização dos problemas sociais que as pessoas enfrentam. [...] Assim, o psicólogo está num *terreno seguro*, isso sim, ele aprendeu a lidar na formação. (p. 157)

Alguns textos reivindicam explicitamente uma especificidade para o trabalho do psicólogo comunitário, relacionada à sua caracterização como o profissional que pode lidar com o desejo, a singularidade, a emoção, os afetos, etc. A sua exclusividade está justamente na possibilidade de intervir nessas dimensões. Portanto, esse argumento, em geral, sustenta a

necessidade de diferenciarmos a prática do psicólogo de outros profissionais também envolvidos nas atuações comunitárias. Como exemplo, temos o seguinte trecho:

A especificidade da atuação do psicólogo poderia ainda ser questionada, posto que outros profissionais atuam nessa mesma perspectiva. Apesar de reconhecer essa possibilidade, continuamos demarcando a atuação psicológica como singular, dada a questão fundamental que norteia a formação desse profissional e lhe garante especificidade, a saber, a constituição do sujeito, entendida como processo em que, via apropriação das significações produzidas e veiculadas nas atividades que engendram, sujeitos em relação se produzem, enquanto singulares, e, ao mesmo tempo, coletivos. (Zanella, 2003, p. 73)

A defesa por uma especificidade do trabalho do psicólogo comunitário está relacionada aos argumentos que estabelecem limites para o campo e que reivindicam uma formação para aqueles que estão nele inseridos. A ideia é que para sustentar a existência de uma área denominada PSC, como um campo de trabalho específico, que, em tese, possui um escopo de atuação singular e referenciais teórico-metodológicos próprios, é preciso também defender que os profissionais devem estar devidamente formados para tal atuação e que seu trabalho possui uma especificidade. Portanto, a defesa de que o trabalho do psicólogo comunitário é específico é uma consequência do argumento que a PSC constitui um campo singular dentro da Psicologia. Estes argumentos contradizem exatamente a perspectiva dialética defendida por Martín-Baró. Ao trazer como horizonte da atuação profissional a conscientização, Martín-Baró (1985b, p. 17) pode iluminar este embaraço em que se encontram os psicólogos comunitários ao caracterizarem seu trabalho:

Ao assumir a conscientização como horizonte do *que-fazer* psicológico, reconhece-se a necessária centralização da psicologia no âmbito do pessoal, mas não como terreno oposto ou alheio ao social, mas como seu correlato dialético e, portanto, incompreensível sem a sua referência constitutiva.

Não se trata de resolver essa dicotomia colocada pelos psicólogos comunitários entre uma dimensão individual e outra concreta. O que nos interessa, ao trazer a obra de Martín-Baró para pensar esta questão, é ressaltar dois aspectos. Em primeiro lugar, é preciso que o psicólogo não desconsidere a existência de uma dimensão material na vida das pessoas, principalmente quando inserido em contextos comunitários onde essa dimensão aparece como uma urgência. Porque ao colocar a dicotomia subjetivo x concreto, o psicólogo justifica sua atuação em um desses polos, como se o outro não lhe dissesse respeito. O psicólogo, diante dos seus limites de atuação profissional, deve lidar com os afetos e não com a fome.

Consideramos que ao aceitarmos que a tarefa do psicólogo seja definida como a de um profissional que lida tão somente com questões subjetivas definidas como algo de ordem individual – mesmo quando se trata da população mais pobre – e exclui do seu escopo as questões materiais – que na intervenção prática seriam da alçada de outro profissional, o assistente social, por exemplo – estamos aceitando também uma setorialização dos problemas sociais. E agimos por reforçar a consolidada separação das ciências humanas em disciplinas estanques que fatiam a realidade e inviabilizam o tratamento do social como uma totalidade. O limite de atuação de uma psicologia que segue estes referenciais é o de reconhecer que há uma dimensão macrossocial, concreta, que nos chega enquanto profissionais, mas que nossa intervenção exclusiva enquanto profissionais *psi* não alcançará essa dimensão. E, portanto, nos limitamos a continuar tratando de subjetividades que se relacionam com estas esferas materiais opressivas, mas sobre as quais não propomos intervenção, porque isto não pertence ao nosso escopo profissional. E não pertence ao nosso campo de atuação profissional porque nossa formação não contempla um estudo sobre a gênese da exploração das massas populares. Diante deste quadro estabelecido, seguindo a linha de argumentação, é melhor que nos dediquemos àquilo que já é consagrado como a tarefa do psicólogo, ou seja, o tratamento das questões emocionais, subjetivas. Num outro sentido, se quisermos pautar uma prática profissional que pense na transformação social para além dos estreitos limites da mudança de um contexto, de uma comunidade ou de um ambiente, mas que considere efetivamente as condições de exploração de uma maioria, é preciso ir além e incluir no que-fazer do psicólogo a reflexão sobre aspectos históricos, políticos e econômicos e uma inserção junto a grupos sociais para viabilizar a construção de uma alternativa para o conjunto da sociedade.

A Opinião Pública como estratégia de ação

O trabalho de opinião pública realizado por Martín-Baró pode ser entendido como uma proposta de união entre teorização psicológica e práxis libertadora. É uma tentativa de intervir sobre a questão da ideologia, operando um questionamento da 'história oficial' propagada por diversos meios, mas principalmente, de forma massiva, pela mídia. Com os trabalhos empíricos realizados, Martín-Baró pretendia contrapor as versões oficialmente difundidas com dados da opinião das pessoas comuns, mostrando como, apesar de todo o bombardeio midiático, a população contestava o que estava em circulação e podia apontar caminhos diferentes para o conflito em curso. Em suma, é uma tentativa de amplificar a voz das maiorias populares para que se esboçasse ao menos uma dualidade de opiniões na sociedade e que isso estimulasse o debate público enriquecedor, importante num contexto em que diversos

setores estão tentando elaborar caminhos para a superação da guerra civil.

Mesmo antes da fundação do IUDOP, em 1986, Martín-Baró já acenava que o problema da ideologia seria central para as transformações sociais reivindicadas em El Salvador. Em 1981, em meio ao cenário de turbulência social, Martín-Baró apontava que a consciência pequeno-burguesa mereceria uma atenção durante o processo de mudança que havia sido deflagrado. Apesar da situação de pobreza generalizada no país, um dos estratos da população compartilhava socialmente um nível de aspirações de consumo incompatível com o atendimento das necessidades mais básicas dos estratos mais desfavorecidos. Além disso, Martín-Baró demonstra, por meio de uma pesquisa empírica por amostragem representativa relacionada com dados oficiais sobre os ganhos mensais da população, como os anseios desta faixa social são, inclusive, incompatíveis com as suas próprias condições materiais. Segundo Martín-Baró (1981), havia a propagação da imagem de um estilo de vida burguês e capitalista que alcançava uma faixa considerável da população, apesar de apenas uma parcela reduzida conseguir, de fato, usufruir desse estilo de vida calcado no consumo suntuoso. Mas, se o projeto de mudança social em curso não quisesse antagonizar com esta faixa da população, de cerca de 20%, seria preciso lidar com este problema, já que eles poderiam não se mostrar abertos a abandonar seu nível de aspiração de consumo em prol de uma reconstrução econômica benéfica para a parcela mais pobre.

Além de tentar impulsionar a opinião popular e conferir uma possibilidade de participação popular nos debates em vigência, Martín-Baró tinha um outro objetivo com os estudos de opinião pública. Pretendia também levantar as principais virtudes do povo salvadorenho, em busca de características que pudessem amparar o processo de mudança social. Em meio à guerra, o sentimento disseminado na população era de desconfiança em relação às outras pessoas e até o que ele caracterizou como uma 'dupla personalidade' do povo salvadorenho. O tratamento com as pessoas desconhecidas ou pouco conhecidas era sempre muito distante, havia a preocupação de não revelar aspectos importantes da sua personalidade ou posicionamento a respeito do conflito social. A possibilidade de coesão social era um dos aspectos minados pela situação de guerra civil. Neste contexto, por meio do trabalho com a opinião pública, Martín-Baró tinha como objetivo apontar concepções e sentimentos comuns que viabilizassem o agrupamento social.

Dobles (1990) fala sobre o papel político que cumpre a própria fundação do instituto, tendo como amparo a Universidade Centro Americana (UCA) que representava progressivamente um espaço de resistência popular – rompendo com a destinação deste espaço ao ensino e convivência da elite, como havia sido inicialmente elaborado. Com a criação do IUDOP, Martín-Baró assume a responsabilidade por alguns

estudos empíricos de ampla repercussão nacional e de aberta crítica ao que era veiculado de forma oficial.

Num dos estudos empíricos mais conhecidos do IUDOP, divulgado após a eleição do candidato de direita, Alfredo Cristiani, em 1989, uma pesquisa indica que 75% da população considerava importante que o governo abrisse diálogo e negociasse com a FMLN. A versão oficial veiculada amplamente até então pregava – e tentava justificar perante os estratos populares – a necessidade de continuar a guerra e destruir militarmente a FMLN, já que não havia diálogo possível. A propaganda difundida até este momento era uma aberta demonização da FMLN, sendo que os sujeitos que tentavam defender a possibilidade de diálogo eram taxados de subversivos, de traidores da causa nacional.

Esta pesquisa tensiona a opinião pública para debater de forma menos polarizada esta questão. Por fim, o candidato eleito se mostra aberto a iniciar negociações com a frente armada, que vão se prolongar para além do período de vida de Martín-Baró, numa tentativa de redemocratização e promoção de uma forma mais consistente de governabilidade.

Em outra pesquisa de alta relevância social realizada pelo IUDOP, buscou-se antagonizar a concepção veiculada de que o povo era massivamente favorável à atuação norte-americana na América Central. Quando questionados sobre qual era o país que mais influenciava a vida política de El Salvador, 61% das pessoas disseram que eram os EUA e a metade desse percentual avaliava negativamente esta influência. Martín-Baró (1989) realça que esse resultado vai contra uma pesquisa publicizada pelo próprio presidente norte-americano Ronald Reagan, de que 90% da população era favorável às políticas dos EUA direcionadas para a América Central – que tinha o claro objetivo de justificar ideologicamente a intervenção tanto em El Salvador como na Nicarágua, inclusive os gastos militares. Outros dados da pesquisa do IUDOP revelam ainda que apenas 20% da população era favorável ao financiamento norte-americano para que se combatessem as forças de oposição, e que a maioria desses tinha uma predileção pelo partido conservador ARENA (Aliança Republicana Nacionalista)⁸. Além disso, os dados dão conta de que a população não estava de acordo com a descrição das causas da guerra tal como difundidas pelos EUA – combate ao comunismo financiado pela Nicarágua – mas preferiam atribuir a causas endógenas à história salvadorenha: injustiça estrutural, crise econômica, má gestão dos governos. Segundo Dobles (1990), Martín-Baró planejava divulgar uma pesquisa sobre a influência dos EUA na região centroamericana e trabalhava na análise dos dados desta pesquisa quando foi assassinado.

8 Partido conservador fundado em 1981 e que, já em meados da década de 1980 exerce grande influência na cena política salvadorenha. Ocupou a presidência do país durante duas décadas, a partir de 1989.

Martín-Baró foi assassinado por soldados do exército salvadorenho no interior da Universidade Centroamericana junto com outros cinco professores, uma trabalhadora e sua filha. Todos os professores assassinados eram padres jesuítas e também tinham como proposta a luta contra a ultradireita salvadorenha e pelo fim da opressão das maiorias populares. Dentre eles estava o reitor da universidade, Ignacio Ellacuría, que já precisara manter-se em exílio em função das perseguições.

Considerações finais

Consideramos que além da influência que gerou sobre as gerações seguintes de psicólogos sociais, o trabalho de Martín-Baró continua tendo grande importância para tematizarmos o papel do psicólogo em suas reivindicações de mudança social. E entendemos que quando nos colocamos a discutir a importância da mudança social, isto nos conduz a refletir também sobre o sentido da transformação social pela qual nos colocamos em ação. Nesta seção de finalização faremos alguns apontamentos a respeito deste sentido de transformação em Martín-Baró, mas entendemos que esta tarefa – a de tematizar o sentido da transformação social na obra deste autor – permanece aberta, assumindo aqui o caráter de desdobramento para estudos futuros.

Ao dizer que uma das tarefas do psicólogo é "comprometer-se criticamente em um processo que dê ao povo o poder sobre sua própria existência e destino", sua busca tem uma direção bastante clara. Ele é explícito ao declarar que o que se busca é dar ao povo o controle sobre as suas formas de organização. O que se busca é a democratização na América Latina. Segundo o autor,

Haverá democracia (...) pelo menos no sentido original do termo, lá onde um povo possua e exerça a autoridade suprema e independente para reger sua vida e seu destino (...). Democracia consiste num sistema de regulação da vida social no qual o poder e a autoridade de governar reside nos mesmo sujeitos governados. (Martín-Baró, 1985, p. 3)

Diante disso, lançamos algumas questões, para as quais não teremos uma resposta, por ora. Uma das tônicas na obra de Martín-Baró é a da necessidade de superação das condições de opressão das maiorias populares e dos determinantes da desigualdade social. No entanto, quando observamos a distribuição de riquezas nas sociedades democráticas fica difícil fazer associação entre democracia e justiça social, igualdade econômica e até respeito aos direitos humanos. Em que medida existe, no interior das democracias, a participação efetiva das maiorias populares nos temas mais importantes à gestão da vida coletiva? O processo de democratização que ocorreu nos países da América Latina é um exemplo de mudança na forma de dominação, mas não no seu conteúdo. Qual é o sentido reivindicado para democracia, uma vez que sociedades tidas como

democráticas são, em grande medida, produtoras de opressão e desigualdade social? Ao utilizar uma definição de democracia como "sistema de governo em que o povo ou a plebe exercem soberania", não fica claro como seria o exercício do poder nos sistemas democráticos. Este tipo de questão nos é suscitada quando Martín-Baró declara que EUA são "um dos [países] que melhor articularam um sistema de representação popular para exercício do poder em seu território" (Martín-Baró, 1985, p. 4). Quando faz este tipo de afirmação, ele certamente está sendo irônico em relação à política externa dos EUA, conduzida de forma despótica. Mas o argumento soa como se pudesse haver uma disjunção entre política interna e externa: um padrão democrático satisfatório na política interna e um despotismo no tratamento das questões internacionais. Fica claro que Martín-Baró não defende uma mera transposição dos valores democráticos dos EUA para os povos latino-americanos, mas parece que a conquista democrática é algo substancial para os norte-americanos e que os povos da América Latina precisam encontrar seus próprios caminhos. Cabe incluir uma discussão sobre a viabilidade do desenvolvimento de formações democráticas no território latino-americano sob vigência do modelo imperialista de dominação político-econômica capitaneado pelos EUA, mas cabe também recuarmos e debatermos as reais condições de exercício do poder pelo povo nas formações democráticas tidas como as mais avançadas, como a norte-americana. Também nesses locais encontraremos uma sociedade dividida em classes, parcelas consideráveis da população em situação de miséria e distribuição fortemente desigual de riqueza⁹.

Para pensarmos o sentido de democracia em Martín-Baró, talvez seja importante considerar a concepção de Estado que subjaz à sua obra. Está claro que ele se coloca firmemente contrário ao modo de dominação política coercitiva e militarizada que se impõe à população de El Salvador e da América Latina. Mas qual é a concepção de Estado que permeia o seu esforço em direção à transformação social? Como ele enxerga, no nível da caracterização ideal, isto que se manifesta no nível superficial como um uso bárbaro da força para manutenção da ordem social? Se, por um lado, fica claro que ele não compartilha de uma visão hegeliana de Estado – algo como uma síntese universal, uma totalidade orgânica de um povo – por outro, não está tão claro qual seria a concepção que advém de sua teorização. Seria algo próximo a uma visão marxista, em que o Estado é visto como um instrumento de dominação, que age *sempre* conforme os

9 Em relatório endereçado aos líderes que participariam do Fórum Econômico Mundial em janeiro de 2014, a ONG inglesa Oxfam denuncia a "massiva concentração de recursos econômicos em poucas mãos". Alguns de seus dados: as 85 pessoas mais ricas do mundo detém a mesma riqueza que os 50% mais pobres da população mundial; 70% da população mundial vive em locais que tiveram uma acentuação da desigualdade econômica; em 24 países - dentre 26 países que tem dados disponíveis - o nível de riqueza concentrada nas mãos do 1% superior aumentou entre 1980 e 2012. Podemos evocar um dado atual que diz respeito diretamente ao centro imperialista: nos EUA, a população abaixo da linha da miséria corresponde a 46 milhões, sendo que destes, 10 milhões de pessoas tem emprego integral (RUETSCHLIN, 2012).

interesses das classes dominantes e que deve ser eliminado? Ou se aproximaria de uma visão kautskiana, em que o Estado abriga, no nível das cúpulas, a diversidade das concepções incluídas na população e que, portanto, pode ser disputado, à exceção de momentos em que assume uma forma autoritária, despótica – como em El Salvador na década de 1980 – quando deve ser derrubado para assumir uma forma democrática? Acreditamos que o posicionamento a respeito desta questão pode ser determinante para direcionar nossos esforços quando nos colocamos a serviço da transformação social, já que aponta para uma alternativa concreta em substituição aos modelos vigentes. Esclarecer estas questões na obra de Martín-Baró pode nos servir para potencializar a discussão a respeito do papel do psicólogo nos dias de hoje.

A mesma questão deve ser posta em relação à teorização psicológica. A nosso ver, o problema na importação de teorias psicológicas dos grandes centros – assim como os padrões de democracia – não está apenas no fato destas teorias não dizerem respeito às nossas realidades nacionais de países explorados num sistema imperialista. Está no fato destas teorias não contribuírem, nem mesmo em seus locais de elaboração, nos grandes centros, para o entendimento das tensões características de sociedades separadas em classes sociais. Representam, também nestes locais de produção, uma visão ideologizada do fenômeno social. Ao pensarmos desta forma, o problema deixa de ser apenas geográfico ou de contraposição de realidades nacionais. A psicologia norteamericana descreve o funcionamento social deste país de forma a privilegiar sua coesão social. A questão que se coloca é a da psicologia como instrumento de classe.

Diante do que foi colocado, constata-se um problema para a Psicologia. Imbuída do espírito de transformação social, aventurou-se em novos espaços de atuação para produzir algo diferente do que havia sido feito pela disciplina até então. A partir da leitura de Martín-Baró e suas propostas sobre o papel do psicólogo em seu contexto de atuação, nos questionamos sobre os limites da atuação da psicologia na tarefa de transformação social. Afinal, ela poderá de fato transformar as condições concretas e objetivas da população com que se depara ao ocupar os contextos comunitários? Que tipo de transformação é necessária no interior da psicologia e da profissão para que este limite seja transposto e para que o problema subjetivo possa ser tratado de forma dialética com a realidade material? Entendemos que a angústia dos psicólogos que se deparam com a miséria e a pobreza cotidianamente em suas intervenções e se sentem inviabilizados de intervir está relacionada com a configuração atual da disciplina, que age por separar a esfera material da esfera subjetiva, por identificar esta última com aspectos individuais e por reivindicar atuação privilegiada em torno desta esfera, desfazendo a totalidade do fenômeno social.

Ao mesmo tempo em que não conseguimos abranger, por um limite teórico ou da própria definição da profissão, questões sociais concretas, também não é possível pensar, por mais que tenhamos uma concepção política da clínica, que alcançaremos algum tipo de transformação dentro de um consultório nos modelos de exercício liberal da profissão. Nesse sentido, Martín-Baró (1985b, p. 12) afirma a partir de Deleuze:

A psicologia oferecia uma solução alternativa para os conflitos sociais: tratava-se de mudar o indivíduo preservando a ordem social ou, no melhor dos casos, gerando a ilusão de que talvez, ao mudar o indivíduo, também mudaria a ordem social, como se a sociedade fosse uma somatória de indivíduos.

Portanto, se a Psicologia não pode transformar questões políticas, sociais e econômicas a partir de sua intervenção profissional, também não ajudará muito a promover algum tipo de mudança social pensando que seu escopo de trabalho é o indivíduo e suas questões subjetivas. Talvez Martín-Baró aponte uma saída ao trazer os conceitos de conscientização, ideologia e desideologização, sempre em uma perspectiva dialética. Este texto buscou problematizar o papel do psicólogo diante das condições concretas da população. O que fizemos até agora e o que ainda pode ser feito tendo em vista o alcance de fato da transformação social. Com o que tem que lidar o psicólogo? Talvez seja possível conceber que algumas questões concretas nos cabem sim, na medida em que surgem e fazem parte daquele contexto e é a partir das questões que surgem da realidade que o psicólogo deve pautar seu trabalho. Pensamos que seja um falso problema tentar distinguir com absoluta clareza quais são as questões que cabem aos psicólogos ou não quando intervêm em questões sociais enquanto um especialista. No entanto, é preciso que tenhamos alguma lucidez a respeito do sentido de nossas práticas e do direcionamento das propostas de transformação social, e de que transformação social estamos falando. É mais importante saber qual é a dimensão de mudança social que está em nossos objetivos de trabalho e não exatamente a qual especificidade responde à nossa atuação dentro do campo *psi*. Para isso, é necessária a problematização cotidiana da intervenção. Nesse sentido, Martín-Baró indica um caminho:

as perguntas críticas que os psicólogos devem se formular a respeito do caráter de sua atividade e, portanto, a respeito do papel que estão desempenhando na sociedade, não devem centrar-se tanto no onde, nas no a partir de quem; não tanto em como se está realizando algo, quanto em benefício de quem; e, assim, não tanto sobre o tipo de atividade que se pratica (clínica, escolar, industrial, comunitária ou outra), mas sobre quais são as consequências históricas concretas que essa atividade está produzindo (Martín-Baró, 1985b, p. 22).

Em suma, consideramos que a leitura de Martín-Baró deve nos servir de inspiração para apontarmos uma superação dos problemas da teorização psicológica e, mais substantivamente, possa nos ajudar no direcionamento de nossa ação efetiva diante da forma de opressão na qual estamos inseridos. Pela incorporação do trabalho de análise de conjuntura, podemos definir o sentido da opressão na sociedade em que vivemos e o sentido da luta que precisa ser desempenhada.

Referências

- Andery, A. A. (1989). Psicologia social e comunitária. *Psicologia & Sociedade*, 4(7), 125-135.
- Ansara, S., & Dantas, B. S. A. (2010). Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 95-103.
- Arendt, R. J. J. (1997). Psicologia comunitária: teoria e metodologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(1), 5-13.
- Banchs, M.A. (1990). La propuesta epistemologica de Ignacio Martín-Baró para una psicologia social na América Latina. *Boletín da AVEPSO XIII*(3), 12-15.
- Bomfim, E. M. (1989). Notas sobre a psicologia social e comunitária no Brasil. *Revista Psicologia e Sociedade* 7, 42-4.
- Costa, L. F.; Brandão, S. N. (2005). Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 33-41.
- Dobles, I. (1990). Ignacio Martín-Baró e o estudo da opinião pública em El Salvador e na América Central: contextualização, referentes epistemológicos e metodológicos. *Boletín da AVEPSO XIII*(3), 3-11.
- Freitas, M. F. Q. (1996). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária – práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 60 a 90, no Brasil. En Campos, R. H. F. (ed) *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 54-80). Petrópolis: Vozes.
- Góis, C. W. L. (1989). Pedra Branca: uma contribuição em psicologia comunitária. *Psicologia & Sociedade*, 5(8), 95-118.
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Gonçalves, M. A. (2013). Uma análise das produções textuais da Psicologia Social Comunitária entre os anos de 1990 e 2010. Rio de Janeiro:

- Instituto de Pós-graduação em psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Psicologia).
- Hur, D. U. (2010). Psicanálise de grupo no trabalho social: contribuições à intervenção psicossocial. *Revista da SPAGESP*, 11(1), 36-44.
- Junior, N. L.; Ribeiro, C. T. (2009). Intervenções psicossociais em comunidades: contribuições da psicanálise. *Psicologia & Sociedade*, 21(1), 91-99.
- Koller, S. H., & Dell'Aglio, D. D. (2011). Intervir, investigar, informar: a Universidade conta uma história de sucesso. En Sarriera, J. C. *Saúde Comunitária: conhecimentos e experiências na América Latina*. Porto Alegre: Sulina.
- Lastória, L. A. C. N. (1989). A psicologia na comunidade. *Psicologia & Sociedade*, 75(7), 143-146. *Psicologia & Sociedade*, 4(7), 42-46.
- Martín-Baró, I. (1981). Aspiraciones del pequeño burgués salvadoreño. *Estudios Centro Americanos* 394, 773-778.
- Martín-Baró, I. (1985) La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica. *Boletín da AVEPSO XIII*(3), 3-9.
- Martín-Baró, I. (1985b). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 1996, 2(1), 7-27.
- Martín-Baró, I. (1986). Hacia una psicología de la liberación. *Boletín da AVEPSO XII*(3), 6-17.
- Martín-Baró, I. (2009). "Para uma Psicologia da libertação". En: Guzzo, R. Lacerda Jr, F. (eds). *Psicologia Social para a América Latina. O resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Martín-Baró, I. (2009b). Desafios e perspectivas da psicologia latino-americana. En: Guzzo, R. Lacerda Jr, F. (eds). *Psicologia Social para a América Latina. O resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Martín-Baró, I. (2009). Para uma psicologia da libertação. Guzzo, R. Lacerda, F. (orgs). *Psicologia social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
- Mello e Souza, C. (2007). Ações Territoriais da Rede de Comunidades Saudáveis do Rio de Janeiro. Bases para Políticas Públicas em Promoção da Saúde. In ABRAPSO (Org.), *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO
- Nascimento, M. L. (2001). "História do trabalho comunitário em psicologia". In Jacó-Vilela, A. M.; Cerezzo, A. C.; Rodrigues, H. C. (Orgs.), *Clio-Psyché hoje. Fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro (pp. 33-42). Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Faperj.

- Paiva, I.; Yamamoto, O. H. (2010). Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”. *Estudos de Psicologia*, 15(2), 153-160.
- Ramminger, T. (2001). Psicologia comunitária x assistencialismo: possibilidades e limites. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(1).
- Ruetschlin, C. (2012) Retail's Hidden Potential: How Raising Wages Would Benefit Workers, the Industry and the Overall Economy. Demos. http://www.demos.org/sites/default/files/publications/RetailsHiddenPotential_Demos.pdf (consultado el 15 de abril 2014)
- Saforcada, E. (2010). Perspectiva ecológico-sistêmica da saúde. En Sarriera, J. C & Saforcada, E. (eds). *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas*. Porto Alegre: Sulina.
- Sarriera, J. C. (ed) (2010). *Psicologia Comunitária: estudos atuais*. Porto Alegre: Sulina.
- Sue-Montgomery, T.; Wade, C. (2002) *A Revolução Salvadorenha*. São Paulo: UNESP, 2006.
- Zanella, A. V. (2003). Reflexões sobre a atuação do(a) psicólogo(a) em contextos de escolarização formal. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(3), 68-75.

Fecha de recepción: 7 de julio 2014

Fecha de aceptación: 28 de junio 2015